

Pis-Cofins na Importação

(Ou o Exercício da Política do Bode)

Essa elevação da carga tributária está trazendo desassossego aos imaginologistas, posto que, mais uma vez, apenas o setor. Evidentemente, dada a substancial carga que tais mudanças podem representar, uma vez que praticamente a totalidade dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade é produzida fora do país, deve ser provocado o Poder Judiciário de forma a permitir que se proceda a aquisição de tais bens sem a incidência dessas novas imposições.

O Judiciário ainda não teve tempo hábil de indicar um posicionamento no que concerne à nova exação, havendo juízes que concedem autorização para a importação sem a incidência dessas contribuições e outros que a negam. Pessoalmente acredito, até por formação, que tais incidências devem ser amplamente debatidas e, afinal, serem submetidas ao Judiciário, que se adotar um julgamento puramente técnico afastará a pretensão arrecadadora.

Todavia, talvez no pleno exercício da denominada política "do bode russo", em julho último foi editada a Lei nº 10.925, também conhecida como Pacote da Bonda-de que, entre outras disposições instituiu a alíquota zero - o que é diferente de isenção, posto tal alíquota poder ser elevada a qual-

**Dr. Antonio Luiz Bueno
Barbosa**



Assessor Jurídico do CBR

Desde o mês de maio último, foi introduzida a incidência do PIS e da COFINS, sobre bens e produtos adquiridos no exterior, o que veio a onerar ainda mais o segmento do diagnóstico por imagem.

quer momento - sobre o valor pago, creditado, entregue, empregado ou remetido às pessoas físicas ou jurídicas desde que residentes ou domiciliadas no exterior, referentes a aluguéis e contra prestações de arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos, o leasing.

Vale dizer, num primeiro momento nossas autoridades introduziram o bode quando determinaram a incidência do PIS e da COFINS em produtos adquiridos no exterior. Posteriormente, com o novo texto legal, as mesmas autoridades retiraram o bode, determinando a alíquota zero na hipótese da aquisição de bens no exterior através de *leasing* internacional.

Assim, o médico que pretende adquirir qualquer equipamento destinado ao exercício de sua atividade, deve, preferencialmente, fazê-lo através da modalidade do arrendamento mercantil internacional. Se não tiver essa possibilidade ou, ainda, se economicamente mostrar-se mais conveniente a aquisição através de outras modalidades, como o arrendamento obtido no próprio país, ou financiamento ou mesmo a compra à vista, deve questionar esse novo custo junto ao Poder Judiciário, pois a experiência tem demonstrado que vale a pena tais questionamentos.